SINTTEL·ES
Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo
FENATTEL CUT Brasil
Resumo de Notícias
Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

24/11/2015 - Instituto Telecom

A destruição de um patrimônio nacional

Há 11 anos a Teléfonos de México S.A (Telmex), adquiriu o controle acionário da Embratel, empresa que era sinônimo de modernidade e progresso quando estatal. Convenientemente, o Grupo Telmex manteve a marca, considerando a importância da Embratel no mercado nacional. Em 2014, o Grupo concluiu a fusão da Embratel, Net e Claro em uma única empresa, a Claro Telecom, controladora da Claro S.A.

E qual tem sido o comportamento desse grupo?

Do lado financeiro, um dos homens mais ricos do mundo e dono da Telmex, o mexicano Carlos Slim, está rindo à toa. Em 2014, a receita líquida do Grupo em toda a América Latina, América Central e Caribe foi de cerca de US$ 60 bilhões, ou R$ 240 bilhões. Metade dessa receita veio do Brasil, "apenas" R$ 120 bilhões. O lucro total do Grupo Claro foi de US$ 3 bilhões ou cerca de R$ 12 bilhões.

A América Móvil, ou Grupo Claro, é a principal operadora de celular da América Latina. Junto com a Telefônica, controlam mais de 70% dos celulares da América Latina.

No Brasil, o Grupo Claro, a Oi e a Telefônica detêm mais de 80% de toda a banda larga fixa. Em março de 2011 o Grupo Claro foi escolhido como patrocinador exclusivo dos Jogos Olímpicos Rio 2016, no setor de telecomunicações.

Parece uma maravilha. Porém, quando se olha do ponto de vista do usuário e dos trabalhadores do setor, a situação é altamente adversa – o setor de telecomunicações é um dos mais reclamados em relação aos serviços prestados.

Com os trabalhadores, o que ocorre é uma verdadeira tirania e uma postura antissindical. Em Congresso recente da UNI Global Union (UNI), entidade que representa mais de 20 milhões de trabalhadores e mais de 900 sindicatos em capacidade e serviços, os participantes denunciaram que o Grupo Claro não tem acordo coletivo assinado em praticamente nenhum país, à exceção do México e do Brasil. Demite e persegue trabalhadores em toda a sua área de atuação.

No Brasil, depois da fusão da ex-Embratel com a Claro, foram demitidos milhares de trabalhadores. E, agora, o Grupo quer cortar direitos e conquistas históricas dos que permaneceram e dos que ainda serão contratados.

O Instituto Telecom tem a clareza de que a partir da privatização do setor formou-se um oligopólio privado que quer dar as cartas no setor de telecomunicações no Brasil. E isso tem que ser combatido. Solidário aos usuários e aos trabalhadores do setor, o Instituto Telecom permanecerá denunciando todas as arbitrariedades cometidas e a destruição de uma empresa que já foi considerada um patrimônio nacional.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/11/2015 - Telesíntese

Revisão da concessão de Telecom vai alavancar investimentos em 2016, prevê governo

O Ministério das Comunicações lançou hoje, 23, a consulta pública de revisão do marco regulatório das telecomunicações, que ficará no ar até o dia 23 de dezembro. A expectativa do ministro das Comunicações, André Figueiredo, é enviar o projeto de lei em regime de urgência no primeiro trimestre do próximo ano e ter o projeto aprovado pelo Congresso Nacional ainda no primeiro semestre. Para o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, "a revisão do marco regulatório vem em boa hora e vai alavancar os investimentos no ano que vem".

Segundo o ministro André Figueiredo, o grupo de trabalho irá aglutinar os técnicos do ministério das Comunicações, da Anatel, além de parlamentares da Comissão de Ciência Tecnologia e Telecomunicações, e terá 90 dias para apresentar uma proposta final.

Para ele, essa reformulação visa buscar investimentos além de proporcionar a participação de outros players no setor. "A partir do momento que conseguimos criar mecanismos para destravar esse segmento, teremos volume maior de investimentos, com até ampliação de novas metas de universalização", afirmou ele.

Para Figueiredo, a mudança no marco legal não passa, necessariamente, pela reivindicação da Oi e da TIM, que defenderam a mudança na lei para avançarem no processo de consolidação. "Quando conversarmos separadamente com as duas empresas, manifestaram a intenção da fusão, mas não colocaram como condicionante a mudança na lei. Precisamos atualizar a essa lei, independente de qualquer consolidação de operadores", afirmou o ministro.

Para Figueiredo, as mudanças poderão ocorrer sem necessariamente a alteração na lei, e outras demandarão a mudança legislativa. E para acelerar o processo de discussão, será usado o instrumento da urgência constitucional.

Para o ministro do Planejamento Nelson Barbosa, a revisão do marco de telecom é também crucial porque as TICs são necessárias para todos os setores da economia."É crucial para melhorar o crescimento da economia, faz parte de nossa agenda do desenvolvimento e é um setor estratégico para a cidadania", salientou Barbosa.

A consulta

Conforme o secretário de Telecomunicações do MiniCom, Maximiliano Martinhão, a consulta pública está calcada em cinco eixos de participação, que são+ os objetivos da política de telecomunicações, os regimes de prestação do serviço, a universalização, as concessões, e outros temas a serem sugeridos pela sociedade.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

23/11/2015 - CUT

Samarco controla políticos, vítimas e jornalistas

Denúncia de Beatriz Cerqueira, da CUT-MG: empreiteira interfere na investigação

Após 12 dias do rompimento das duas barragens de rejeitos da Samarco/Vale/BHP, em Mariana, a Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou a primeira audiência pública, em Belo Horizonte, para debater o assunto.

Em tese, seria o momento para que deputados estaduais ouvissem os atingidos pela tragédia e órgãos do governo e de fiscalização colhessem informações para os trabalhos da Comissão Especial recém-criada.

Mas a audiência se transformou na mais demagógica atividade protagonizada por nossos políticos. Era uma audiência conjunta com a Câmara dos Deputados. Mas estes, após tirar fotos, dar entrevistas à imprensa e falar primeiro, foram embora.

Tiveram o mesmo comportamento no dia anterior, na cidade de Mariana, durante a audiência da Comissão de Direitos Humanos: falaram, não ouviram ninguém e foram conduzidos pelas mãos bondosas da Samarco para conhecer o local da tragédia.

Na capital mineira, assistimos a uma deprimente reunião conduzida de modo a não ter efeito nenhum, apesar do esforço isolado de alguns deputados comprometidos com os movimentos sociais.

Ouvimos o Ministério Público falar em "acidente" e se vangloriar de um Termo de Ajustamento de Conduta com o qual a mineradora rapidamente concordou para melhorar sua imagem e cujos termos todos desconheciam. Ouvimos também o representante do Governo de Minas dizer que não podemos "satanizar" as mineradoras.

Poucos prestaram atenção quando uma convidada explicou que a empresa errou ao calcular os possíveis impactos do rompimento de barragem, considerando que atingiria apenas o distrito de Bento Rodrigues e não outras dez localidades, além de toda a bacia do Rio Doce.

Poucos se importaram com a fala do representante dos trabalhadores, que denunciou desconhecer as condições a que estão submetidos os 20 trabalhadores que estão na linha de frente da barragem de Germano, que está trincada.

Aliás, quem informou quantos trabalhadores estavam desaparecidos foi a empresa, livremente, sem qualquer fiscalização, pois ela impede que se tenha acesso à informações detalhadas.

Os deputados não entenderam nada do que o Padre Geraldo disse, de que é preciso respeitar os atingidos, os verdadeiros protagonistas dessa história. Só que, infelizmente, os protagonistas foram os próprios deputados, na maioria preocupados em falar e não em ouvir.

Enquanto isso o povo atingido está nas mãos da Samarco, que atua livremente em Mariana e região. Onde está o Estado? Ainda não chegou. A Samarco já está presente, contrariando o lamento da deputada desavisada que reclamou da suposta ausência da Samarco. O desconhecimento da realidade leva a equívocos assim.

A Samarco está mais presente do que nunca: demitiu no dia anterior à audiência 90 trabalhadores terceirizados, dos quais muitos já eram vítimas da tragédia, pois suas famílias perderam tudo na lama.

A Samarco controla todo o acesso aos atingidos que estão nos hotéis e pousadas da cidade, impedindo que se organizem livremente.

A Samarco reúne-se com os atingidos sem nenhuma proteção do poder público. Nas horas das infinitas reuniões com a população, não há Ministério Público nem Governo do Estado presentes e os movimentos sociais são impedidos de acompanhar.

A Samarco controla a cena do crime e chega a selecionar quais jornalistas podem entrar. Assim como controla o acesso da população ao Comando de Operações da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros, que funciona dentro da sede da empresa.

Livremente, a Samarco chantageia a cidade de Mariana pelo poder econômico e pelos impactos que a suspensão do seu trabalho na região causará, como se não tivesse que dar assistência à cidade por todos os prejuízos causados.

Pelo que se vê, muita gente já está dando retorno ao investimento que as mineradoras fizeram nas eleições de 2014. Na verdade, quem está pagando esta conta é povo!

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

21/11/2015 - Telesíntese

Lucratividade é o único critério que interessa às empresas globais

Economista da PUC-SP afirma que megacorporações desprezam controles técnicos, o que causa danos ambientais e sociais, e governos perdem influência sobre a economia frente à concentração empresarial

Desastres ecológicos como o da ruptura de duas barragens de rejeitos de mineração da Samarco, em Mariana, podem ser considerados subprodutos de um modo de governança das empresas, voltado à concentração financeira, em que o único critério de decisão sobre o dia a dia dos negócios é a rentabilidade. "Quando você tem o tipo de negócio de Mariana, não é o pessoal técnico que manda, quando você tem os desastres ambientais mais diversos, da British Petroleum ou o que seja, você tem de pensar que não é o pessoal técnico que manda", afirmou o professor de Economia da PUC-SP Ladislau Dowbor, no seminário em Brasília "Desenvolvimento em Disputa: Por uma economia a serviço da vida", promovido esta semana por organizações não governamentais.

Dowbor falou sobre as mudanças na arquitetura global do capitalismo, a partir de um estudo, um dos poucos do gênero, realizado pelo Instituto Federal Suíço de Pesquisa Tecnológica, uma instituição insuspeita segundo ele, ganhadora de 31 prêmios Nobel em áreas científicas. "Pegaram os 43 mil principais grupos econômicos do mundo e foram analisando quem controla quem, porque ali existem os mais diversos tipos de controle, e chegaram basicamente ao seguinte: 737 grupos controlam 80% do mundo corporativo", afirmou.

O economista também explicou que dentro desse conjunto, há um núcleo de 147 holdings que controlam 40% das corporações. Detalhe: dessas 147 empresas, 75% estão no ramo financeiro. "Estamos falando de grupos que frequentemente controlam, por exemplo, dez, doze mil grupos em 50, 60 países diferentes, em uma dezena de setores diferenciados. Esse é o tamanho. A gente vê a Nestlé, que faz papinha, é algo simpático no supermercado, mas na realidade é uma holding financeira que por sua vez controla outras holdings, que controlam outras holdings, então, na realidade os caras que produzem a papinha estão na base dessa estrutura", disse, destacando que as metas de rentabilidade são as informações de referência nessas cadeias de gestão administrativa.

O resultado de tamanha concentração é que o topo da organização corporativa não tem o menor controle sobre o que se passa nas linhas de produção ou em outras áreas das empresas, mesmo quando envolvem aspectos sociais ou ambientais. A palestra de Dowbor tem uma versão em texto em seu blog, com o título "O caótico poder dos gigantes financeiros". No texto, ele afirma que essas empresas "são galáxias com capacidade extremamente limitada de controle, o que por sua vez leva a que o resultado financeiro seja o único critério acompanhado, por exemplo a partir da empresa 'mãe' situada nos Estados Unidos ou na Suíça."

Outro trecho do texto ressalta que o conhecimento do setor que recebe investimentos nem sempre vem ao caso: "O que aqui se estuda é o universo extremamente complexo que cada corporação constitui em si, na medida em que uma empresa do setor alimentar pode por exemplo comprar uma mineradora e dezenas de outras empresas dos mais variados setores simplesmente porque são fonte de lucro, sem ter nenhuma expertise particular nas atividades em que investem."

Ainda dentro do conjunto de empresas que traça os destinos do mundo, há 28 megacorporações que juntas, em 2012, faturaram US$ 50 trilhões para um PIB mundial de US$ 73 trilhões – uma concentração de 68,5% de toda a riqueza existente no planeta. "Desde a crise de 2008, passou-se a estudar esses 28 grupos, tem até a nome para eles, são os chamados Grupos Financeiros Sistemicamente Significativos, são esses grupos que manejam todo o processo. Sua totalidade é europeia e norte-americana, e tem o Bank Of China. O resto, nada", afirmou.

Outro desdobramento dessa concentração é que os governos no mundo estão ficando sem poder de interferir nos rumos da economia como, aliás, temos visto nos países do Ocidente, capitaneados pela agenda neoliberal, ou mesmo no Brasil, em que o resultado das eleições de 2014 não impediu que a economia ingressasse por um rumo conservador. "Na realidade, com tal poder financeiro mundial, que age em sistemas planetários, a perda de capacidade de gestão dos governos se tornou absolutamente avassaladora", afirmou. "Você pode eleger quem você quiser na Grécia, ou como no Brasil em que o problema do déficit se impõe; na realidade, há limites extremos nas políticas nacionais pelo fato de ter se estruturado esse poder planetário".

Dowbor afirma que em um grupo desses, em geral, "você vai ter cinco, seis ou sete níveis de profundidade: você tem uma holding financeira, que por sua vez controla 32 holdings em diversos países, que controlam outras, que controlam outras e assim por diante. Até que chega lá embaixo e você vai ter, no caso dos 28, entre 300 e 12 mil empresas ou grupos corporativos controlados a partir de cima", diz. Ainda segundo Dowbor, a média de faturamento desses grupos está na faixa de US$ 1,4 trilhão por ano, e isso é o mesmo que o PIB do Brasil, atualmente a sétima economia do mundo: R$ 5,52 trilhões em 2014 – em dólar, US$ 1,57 trilhão, se considerado o dólar a R$ 3,50.

24/11/2015 - Rede Brasil Atual

Taxa de desemprego sobe, e alta atinge maioria dos estados

IBGE estima número de desempregados em 8,9 milhões, 2,2 milhões a mais que em igual período do ano passado, crescimento de 34%. Cresce procura por emprego, e mercado não abre vagas

A taxa de desemprego medida pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua subiu para 8,9% no terceiro trimestre, ante 8,6% no segundo e 6,8% em igual período do ano passado.

O número de desempregados foi estimado pelo IBGE em 8,979 milhões, um crescimento de 33,9% ante 2014 – 2, 274 milhões. A alta atingiu 23 estados.

SINTTEL·ES

Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no Estado do Espírito Santo

FENATTEL CUT Brasil

Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalistas: Tânia Trento e Marilda Rocha | Tel. (27) 3084-5666 - 99647-7731

19/11/2015 - Rede Brasil Atual

Adesão de empresas ao PPE preserva 30 mil postos de trabalho

Segundo o Ministério do Trabalho, foram assinados 33 acordos e há 42 pedidos sendo analisados. Do total, 27 são do setor automobilístico e 54 de São Paulo

Criado pelo governo em julho, o Programa de Proteção ao Emprego (PPE) tem, até ontem (18), 33 termos de adesão assinado por 23 empresas, incluindo filiais e matrizes. Esses acordos preservam 30.202 empregos, segundo balanço divulgado hoje pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. De acordo com o MTPS, há outros 42 processos em análise. O projeto foi sancionado hoje pela presidenta Dilma Rousseff – e tornou-se a Lei 13.189.

Caso todos esses pedidos sejam aprovados, o número de postos de trabalho mantidos subirá para 42.466. E os investimentos do Estado em benefícios aumentarão dos atuais R$ 91,6 milhões para R$ 121,2 milhões. Conforme projeção do ministério, se os 30 mil trabalhadores já incluídos tivessem sido dispensados, o gasto com seguro-desemprego somaria aproximadamente R$ 184,1 milhões.

Segundo o balanço, dos 75 pedidos de adesão (33 já aprovados e 42 em estudo), 27 são do setor automobilístico e 17, de outras áreas do ramo metalúrgico. O estado de São Paulo concentra 54 empresas, seguido de Minas Gerais (oito), Rio Grande do Sul (quatro), Rio de Janeiro e Paraná (três cada) e Santa Catarina (dois).

Originalmente, a medida provisória que criou o PPE previa 31 de dezembro deste ano como prazo final de adesão. Na tramitação no Congresso, essa data foi alterada para 2016. Também houve mudança no tempo máximo de participação das empresas – de 12 para 24 meses.

Pelo programa, jornada e salários podem ser reduzidos em até 30%. Metade da perda salarial é complementada com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com limite de 65% do maior benefício do seguro-desemprego.

Na cerimônia de sanção, a presidenta Dilma afirmou que o PPE é vantajoso "para as empresas, porque podem ajustar sua produção sem abrir mão de seus trabalhadores, o ativo mais importante na retomada, sem incorrer em custos de demissão". Também beneficia os trabalhadores, "porque preservam seus empregos e preservam a maior parte de seus rendimentos, e passam a vivenciar uma menor incerteza em relação ao futuro". E é bom para o governo, "porque, diante da crise, esta é um medida de proteção ao emprego". Segundo ela, o programa terá gasto possivelmente menor do que com o seguro-desemprego "e ainda preserva a arrecadação das contribuições sociais".

Dilma também fez um aceno ao Parlamento: "O Congresso compartilhou com todos nós o sentido de urgência na análise da proposta".